

Lula dá sinais dúbios sobre reforma ministerial

GABRIEL HIRABAHASI
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado sinais dúbios aos aliados mais próximos sobre a reforma ministerial que pretende fazer nas próximas semanas, apurou o Estadão/Broadcast Político. Alguns desses gestos têm o objetivo de “testar” as possibilidades de troca como “balões de ensaio” (informações “vazadas” propositalmente para analisar os possíveis impactos das alterações). Em outras oportunidades, o presidente também busca verificar quais dos interlocutores “vazam” informações aos jornalistas.

Interlocutores do Palácio do Planalto acreditam que o presidente da República deve definir, primeiro, as mudanças em pastas do PT e em vagas que podem ser consideradas como “cota pessoal”

de Lula. A escolha da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), para a Secretaria-Geral da Presidência, por exemplo, se encaixa nesse caso.

Há outras alterações aventadas, como mudanças no Ministério das Mulheres e, possivelmente, no do Desenvolvimento Social ou no da Saúde. Os ministros Cida Gonçalves (Mulheres), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Nísia Trindade (Saúde) podem ser substituídos.

Um dos episódios sobre esses sinais “dúbios” de Lula foi em uma reunião na semana passada com um interlocutor

Para o lugar de Cida Gonçalves, é cotado o nome de Luciana Santos

(PCdoB), que deve ser retirada do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o lugar de Nísia, o nome do chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Alexandre Padilha, é especulado. Seria uma forma de alçar Padilha a um cargo mais importante (o Ministério da Saúde é o que tem um dos maiores Orçamentos) e, ao mesmo tempo, abrir espaço para alguém do Centrão na Secretaria de Relações Institucionais.

Um dos episódios sobre esses sinais “dúbios” de Lula foi em uma reunião na semana passada com um interlocutor em que ele foi perguntado sobre a troca na Secretaria-Geral da Presidência. O presidente disse que não se decidiu ainda sobre a substituição, mesmo indicando a outros auxiliares que a ida de Gleisi para o ministério já está praticamente certa.

Outros sinais são as constantes notícias



Foto: Wilton Junior ESTADAO

O PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva tem dado sinais dúbios aos aliados mais próximos sobre a reforma ministerial

divulgadas pela imprensa aventando a escolha de políticos para algum cargo, como uma possível ida do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) para o Ministério da Agricultura, ocupado atualmente pelo PSD. O objetivo é testar a

recepção que essas possibilidades têm no establishment político. Um recado recebido após esses testes foi a crítica do presidente nacional do PSD e secretário de Governo e Relações Institucionais do Estado de

São Paulo, Gilberto Kassab, ao Poder Executivo federal na semana passada. Kassab disse que Fernando Haddad é um ministro da Fazenda fraco e que Lula não seria reeleito se as eleições fossem neste ano.

Lula retoma agenda de viagens com inaugurações no Rio e na Bahia

PEDRO RAFAEL VILELA
AGÊNCIA BRASIL

Uma semana após ter sido liberado plenamente para exercer sua rotina habitual de vida, como viagens e atividades físicas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retoma a agenda de compromissos fora da capital federal. Nesta quinta-feira (6), por exemplo, Lula participa, na cidade do Rio de Janeiro, da cerimônia de reabertura da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, na zona norte.

A unidade faz parte da rede de urgência e emergência da capital e do estado do Rio no atendimento de pacientes usuários em estado grave ou que exigem cuidados especializados, mas estava fechada desde 2020, devido ao sucateamento. Segundo o governo federal, a nova emergência conta com 50 leitos em dois espaços, adulto e pediátrico, divididos por níveis complexidade: sala vermelha, amarela e verde. O serviço é gerido pela Central de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o Palácio do Planalto, a cerimônia marca ainda a retomada plena da capacidade total do hospital, que passou de 412 para 423 leitos disponíveis à população. Em outubro de 2024, antes do início da administração do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), 218 leitos estavam fechados. Também será reativado o Centro de Diagnóstico por Imagem, com a disponibilização de exames de ultrassonografia e de um novo equipamento de raio-x de alta precisão.

A rede de hospitais fede-

rais do Rio de Janeiro vive uma crise crônica de sucateamento e graves problemas de gestão ao longo dos últimos anos. Na mais recente tentativa de enfrentar o problema, o Ministério da Saúde optou por uma estratégia de descentralização administrativa desses hospitais. É o caso do Hospital Federal de Bonsucesso, aonde Lula irá, que passou a ser gerido pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC) em outubro do ano passado.

O Hospital Federal do Andaraí, também na zona nor-

te, será administrado pela prefeitura do Rio de Janeiro. O programa de reestruturação também envolve o Hospital dos Servidores do Estado (HSE), em processo de repasse para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tornando-se hospital universitário e administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma estatal vinculada ao Ministério da Saúde.

Já na sexta-feira (7), Lula embarca para o pequeno município de Paramirim, no interior da Bahia. Lá, ele par-

ticipa da cerimônia Água Para Todos, programam federal que envolve a construção de cisternas e outras infraestruturas de armazenamento de água potável e garantia de segurança hídrica da população. No compromisso, o presidente deve ser acompanhado pelo governador Jerônimo Rodrigues e pelos ministros Rui Costa (Casa Civil), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Jader Filho (Cidades) e Sidônio Palmeira (Comunicação Social), segundo informou o Palácio do Planalto.

Paciente morre após médico retirar fígado por engano

CORREIO BRAZILIENSE

O Conselho de Medicina da Flórida suspendeu o cirurgião Thomas Shakhovsky após ele realizar um erro médico, que resultou na morte de um paciente, em agosto do ano passado.

Na semana passada, a família de William Bryan, de 70 anos, entrou com processo contra o profissional, pois ele retirou o fígado do homem no lugar do baço. A operação foi realizada no Ascension Sacret Heart Esmerald Coast Hospital. Além de realizar a operação errada, a equipe de Shakhovsky teria escrito informações falsas na certidão de óbito do paciente. Segundo a família do falecido, quatro enfermeiras “deturparam a causa da morte” para esconder o erro grave na mesa de cirurgia.

William e sua esposa moravam no Alabama, mas estavam visitando uma propriedade alugada no conda-

do de Okaloosa (Flórida), quando ele começou a sentir dor abdominal da região inferior esquerda.

Ele foi então levado ao hospital para a realização de exames, que atestaram anormalidade no baço. O cirurgião e o dono do hospital teriam convencido o casal de que Bryan precisava da cirurgia ou ele poderia ter “complicações sérias se deixasse o hospital”, afirmou a família ao NY Post. Apesar de relutante, William assentiu com a esplenectomia laparoscópica assistida, que ocorreu em 21 de agosto. No meio da cirurgia, Shakhovsky removeu o fígado do paciente, e o corte resultou em uma “perda de sangue imediata e catastrófica, resultando em morte”.

Para mascarar o erro, o cirurgião disse à esposa do falecido que o baço dele estava tão doente que era “quatro vezes maior do que o normal e tinha migrado para o outro lado do corpo”.

Barroso corrige informação sobre gastos do Judiciário após ser contestado no X

LAVÍNIA KAUCZ
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), retificou uma fala feita na abertura do ano judiciário, na última segunda-feira, 3, sobre os gastos do Ministério Público e da Defensoria Pública estarem inclusos nos gastos do Judiciário. A correção foi feita após o trecho do discurso do ministro ser contestado nas “notas da comunidade” no X (antigo Twitter).

“O custo do Judiciário é lembrado com frequência, e o Judiciário de fato tem um custo relevante. Custamos R\$ 132,8 bilhões ao País, 1,2% do PIB, mas esse custo inclui o Ministério Público e a Defensoria Pública”, disse o ministro na segun-

da-feira.

A nota da comunidade corrigiu a informação sobre os custos do Judiciário incluindo o Ministério Público e a Defensoria Pública Segundo dados referentes a 2023 da publicação “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o valor não engloba as despesas das duas instituições citadas por Barroso.

“Em relatório do Tesouro Nacional ao qual tive acesso, no cálculo do custo do Poder Judiciário estavam incluídos, igualmente, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Retive essa informação. No entanto, nos dados divulgados pelo Justiça em Números, publicados pelo Conselho Nacional de Justiça, os custos dessas duas instituições não estavam computados”,



BARROSO retificou uma fala feita na abertura do ano

retificou Barroso em declaração feita ontem.

O ministro disse que as críticas aos gastos do Judiciário são equivocadas. “Desde 2017, o Judiciário Federal vive com o mesmo orçamento”, afirmou no início da primeira sessão presencial da Corte do ano. “A propósito, em 2024, devolvemos ao Tesouro R\$ 406 milhões não gastos”, repetiu.

“Se algum dos órgãos do Judiciário federal apresentar orçamento fora do padrão, ele sofre uma trava automá-

tica da Secretaria de Orçamento e Finanças, órgão do Ministério do Planejamento”, destacou Barroso.

Ele ressaltou que o Judiciário dos Estados, ao contrário do Federal, não está sujeita ao arcabouço fiscal. “Com algum grau de incompreensão acerca do sistema de justiça, matéria recentemente publicada contesta esses números, sem ser capaz de distinguir o Judiciário federal do Judiciário dos Estados”, disse o ministro.

<